



A concepção problematológica da linguagem¹

Michel Meyer

(1950-2022)

Professor Emérito de Filosofia e Retórica e titular da Cátedra de Retórica da Universidade Livre de Bruxelas

Tradução de:

Gabriel Fernandino

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

orcid.org/0000-0002-1573-2875

Priscilla Barbosa de Oliveira Melo

Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)

orcid.org/0000-0001-5748-3259

Revisão técnica e crítica de:

Ibiraci de Alencar Chagas

Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)

orcid.org/0000-0002-1693-2465

Isabel Cristina Michelin de Azevedo

Universidade Federal de Sergipe (UFS)

orcid.org/0000-0002-5293-0168

Resumo: Este artigo situa-se na interface entre Filosofia da Linguagem e Teoria da Argumentação e visa a expor os fundamentos da concepção problematológica da linguagem elaborada por Michel Meyer. A investigação apresenta caráter teórico e interpretativo, ao propor que a diversidade de abordagens contemporâneas – desde os jogos de linguagem de Wittgenstein até a teoria dos atos de fala e a hermenêutica – pode encontrar unidade a partir das noções de questão e resposta. O autor busca articular uma perspectiva crítica sobre os limites das gramáticas formais e das concepções estruturalistas, indicando que a essência da linguagem não reside em sistemas estáticos, mas no dinamismo interrogativo que funda o sentido. Essa leitura conduz a uma redefinição do discurso como prática problematizadora, cuja função é instaurar e organizar o campo da significação. Assim, a teoria problematológica se apresenta como uma alternativa original e relevante às tentativas anteriores de unificação filosófica da linguagem.

Palavras-chave: Problematologia. Estudos de linguagem. Meyer.

1. A exigência de unidade

O que é a linguagem? Ou melhor, qual é o arcabouço profundo que fundamenta a diversidade de seus usos? Para tratar dessas importantes questões, dispõe-se hoje de um número considerável de teorias muito diversas: os jogos de linguagem de Wittgenstein e sua formalização semântica realizada por Hintikka, a gramática e a semântica generativas, a teoria dos atos de fala de Austin, de Searle e de Grice, a

¹ Texto originalmente publicado como “La conception problématique du langage”, em 1981, no número 52 da revista *Langue française*.

psicolinguística, a hermenêutica, a teoria da argumentação de Perelman e de Ducrot etc.

Tornou-se difícil ver por trás dessa abundância de estudos a unidade indispensável que o espírito humano exige em todas as coisas. É próprio da reflexão *filosófica* atender a esse requisito, sem resultar, como muitas vezes ocorre, em pontos de vista parciais estabelecidos como uma visão geral. O embaraço atual consiste no fato de que a massa de informações de que dispomos sobre os fenômenos da linguagem implica tantos esclarecimentos particulares que mascaram, ou não atingem, a unidade dessa realidade que é a linguagem, como o peso esmagador dos livros e do papel.

Nesse sentido, algumas observações gerais devem ser retomadas:

- 1) Estamos acostumados às oposições bem evidentes na análise da linguagem: competência *versus* desempenho, língua *versus* fala, herdada da linguística, ou sintaxe *versus* semântica, herdada da lógica filosófica. A preocupação óbvia por trás desses recortes é a suposição de que eles revelam autonomia e permitem um estudo específico, para nós, reducionista. É muitas vezes difícil, senão impossível, distinguir completamente o semântico e o sintático ou isolar absolutamente a competência do desempenho.
- 2) A referência, portanto, as condições de verdade, não constituem a totalidade do sentido, que tiraria desse implícito sua própria possibilidade de existir. Muitas frases não têm referência, portanto, não têm condições de verdade e, contudo, possuem um sentido. Seria esse um motivo para banir, como Quine, a ideia de sentido? Na verdade, o extensionalismo é uma filosofia platônica: uma vez que se admite que as frases se situam em um contexto de enunciação, esforçar-se para encontrar nelas mesmas – como se as frases se sustentassem por elas próprias – a relação com a verdade, a “empiricidade”, o compromisso marcado com a existência etc., torna-se inútil. A linguagem natural distribui todas essas relações aos sujeitos que falam e que, eles próprios, situam-se empiricamente. Eles podem, portanto, apelar para entidades genéricas sem que o absurdo ocorra. O peso do mundo, da individuação e da relação com o que existe não depende tanto da própria linguagem, e de seus elementos, quanto depende dos seus usuários. Não há necessidade de depurar a linguagem *natural* do abstrato,

do genérico, dos nomes e das descrições, do sentido, da proposição etc., como se as frases por si só devessem assumir toda a carga ontológica, e isso sem referência ao contexto de enunciação.

- 3) Nas línguas naturais, as frases isoladas não existem, a não ser por abstração teórica. É por essa razão que Wittgenstein, em seu segundo período, falava de *uso*. Termo impreciso que prefiro substituir por *contexto*. Alguns dirão que tal noção não é muito mais clara. Na verdade, ela é bastante precisa. Qualquer discurso é pronunciado ou escrito por alguém para um auditório, composto de uma ou mais pessoas, conhecida(s) ou anônima(s). Isso implica um locutor e um destinatário (interlocutor(es)/leitor(es)/auditório(s)), crenças e conhecimentos, e crenças sobre aquilo que o outro crê ou sabe. Esses conhecimentos e saberes do conhecimento operam como pressupostos. Em suma, o contexto do discurso é:
 - a) um locutor que o escreve ou o enuncia oralmente,
 - b) um destinatário,
 - c) saberes e crenças, e mais particularmente, saberes de conhecimentos e crenças de crenças.
- 4) O discurso é sempre dirigido a alguém e é sempre produzido por alguém. Não se pode abstrair dessa relação interindividual. O notável livro de Francis Jacques, *Dialogiques* (1979), ilustra bem tal fato. Esse autor não apenas mostra que existe uma constante *retro-referência* entre interlocutores, mesmo quando eles não se identificam expressamente por “eu” e “você”, mas também que qualquer referência ao mundo, a *um* mundo, comum e objetivo, surge da *co-referencialidade* implementada por usuários que compartilham *uma* linguagem. A referência, abstrata, indicada pela própria frase, é uma falsa ideia. A referência que pode ser encontrada a partir de uma frase qualquer só pode ocorrer ao *termo* de uma troca e, em todos os casos, apenas no que se refere a uma relação entre dois seres, mesmo que seja uma relação de autor para leitor. O erro consiste, portanto, em fazer do produto acabado a totalidade da linguagem, porque somente o resultado é o que é linguisticamente aparente. Para muitos autores, a tentação tem sido aquela de fazer com que o explícito assuma toda a missão –

semântica/ontológica, pragmática/retórica-dialógica, sintática, argumentativa-fonte do raciocínio – da linguagem.

- 5) Relacionamento com outrem, portanto, também é vontade de argumentar e, por meio disso, de convencer. Dialética, portanto retórica – e inversamente. Como articulá-las? As leis do pensamento são aquelas do raciocínio argumentativo implementado pela linguagem *natural* que, mesmo não sendo lógica do ponto de vista *formal*, não é menos naturalmente lógica.
- 6) Para Hintikka, essa lógica se deixa captar formalmente; mesmo que a linguagem não seja idêntica à “lógica”, ela não é menos naturalmente formal. A razão disso se deve à dupla natureza interrogativa e solucionante da linguagem, que nunca explica, mas sempre pressupõe, reduzindo abusivamente toda interrogação a uma demanda de conhecimento, a uma operação de natureza epistêmica. Assim, ignora aspectos importantes do questionamento: questões formuladas de forma não interrogativa e questões retóricas, por exemplo. Contudo, fundamentalmente, a formalização da linguagem natural é bem descrita. Na verdade, trata-se de explicar como:
 - a) a atividade de usar a linguagem opera segundo regras lógicas específicas.
 - b) as variáveis e o formal em geral são esvaziados da produção de frases, essas representando uma etapa final em que há apenas indivíduos e termos que a eles remetem. Como se dá tal processo?

A frase “isolada” se determina dinamicamente em resposta a *x*, *y* etc., assim, determina-se em relação a um universo possível de valores. Há uma equivalência, do ponto de vista semântico, entre uma frase como “esta poltrona é marrom” e “esta coisa, neste mundo, *que* é uma poltrona, *que* possui tais e tais propriedades, é uma coisa *que* é marrom”. O caráter supérfluo das orações infinitas (“o marrom é aquilo *que*...” etc.) deve-se ao caráter conhecido do mundo possível imaginado, ou seja, do que é necessário para obter uma frase com sentido. De onde vem essa dupla possibilidade atestada pela equivalência acima?

Daí surge o nosso problema: pode-se formular uma concepção geral de linguagem, que articule as noções de contexto, retórica e argumentação, forma e

sentido, sentido implícito e sentido literal, partindo da ideia de que a linguagem é uma estrutura interrogativa-solucionante? Isso implica as ideias de mundo e de referência, pois a frase isolada só pode ser isolada a partir de um mundo onde todas as referências não são mais questionadas.

2. A ideia de base da concepção problematológica

A linguagem não pode ser concebida fora do quadro geral da atividade humana. Não há linguagem que não seja um *ato* de fala. Por que então agir pelo discurso? O homem que fala ou escreve possui um problema em mente, assim como o homem que empreende uma ação qualquer o faz em resposta a um problema que está tentando resolver. O recurso à explicitação, ao dizer ou ao escrever, responde a um duplo imperativo: ou se deve expressar o problema para resolvê-lo ou o próprio dizer constitui a solução. No primeiro caso, o locutor aguarda a resposta (verbal ou não-verbal) de seu interlocutor e, para lhe dizer o que deve ser feito, o locutor lhe comunica o problema. No segundo caso, o problema se apresenta dentro de uma certa relação com outrem e é a solução que se lhe é comunicada. Quando surge um problema para um indivíduo, ele pode resolvê-lo por si próprio ou, se a solução precisar ser trazida por outrem, informar a esse acerca do problema que se espera solucionar. Resolver um problema por si mesmo, por meio da linguagem, pressupõe que esse problema também interesse ao destinatário ou, pelo menos, o locutor deve acreditar nisso.

É revelador ver como certas expressões da linguagem corrente implementam naturalmente essa dupla função:

- 1) “*Você disse XYZ, mas essa não é a questão*” significa que não é isso que deve ser dito, porque aquilo que é dito é sempre expresso em relação a uma questão determinada, ainda que implícita.
- 2) “*O que está em questão aqui...*” remete ao tema, ao assunto do discurso, ao que ele significa especificamente, entendendo-se que aquilo que está em jogo no que é dito garante sua significação. A explicitação da questão garante a sua própria compreensão.
- 3) “*O orador conhece a questão*” significa que o orador sabe *do que* está falando, isto é, sabe que seu discurso é *verdadeiro* e que trata adequadamente da questão que levanta. Porque é bastante claro que uma

questão assim estava presente em suas afirmações e que era o tema do discurso.

“A ideia em questão”, “está fora de questão”, “essa não é a questão”, “tratar de uma questão”, “você ainda teria algo a nos dizer sobre a questão?” são exemplos que destacam as funções centrais da linguagem e ilustram satisfatoriamente o papel essencial que o questionamento desempenha nela.

3. A diferença questão-resposta²

Falar, e mais geralmente recorrer à linguagem, é responder a um problema que se apresenta para nós. A expressão de um problema já é uma resposta, uma resposta parcial, pois é apenas o primeiro passo para a solução que outrem deve fornecer. A explicitação da solução também é uma resposta, mas uma resposta que é definitiva em relação à preocupação inicial. No primeiro caso, a resposta é *problematológica*, pois se refere explicitamente a um problema, no segundo caso é *apocrítica* – do grego *apokrisis* que significa “resposta” – por ser uma resposta que não remete mais ao problema inicial que se encontra resolvido como um dizer e no dizer. A diferença resposta problematológica-resposta apocrítica corresponde, na verdade, àquela entre questão e resposta, porque formular uma questão já é uma forma de responder ao problema que ela expressa.

O locutor se mostra um questionador, não porque “formularia questões”, mas simplesmente porque lida, por meio de seu discurso, com uma questão que o anima. Falar ou escrever é responder, portanto, é declarar algo sobre outra coisa, sobre o que está em questão. Tal é o ato de nascimento do discurso declarativo, e todo discurso, por isso é globalmente declarativo, independentemente das formas não-assertóricas que nele ocorram. A asserção se impõe como apocrítica por excelência: a resposta assertórica é a modalidade apocrítica. Existem asserções e proposições apenas porque usar a linguagem é declarar algo sobre uma questão e porque se pronunciar sobre uma questão é respondê-la. As palavras “resposta” e “assertórico”

² NT: A opção por verter *question* como “questão” – e não como “pergunta” – decorre da necessidade de preservar a densidade conceitual que o termo adquire no quadro teórico da problematologia. Em Michel Meyer, *question* não designa meramente um ato linguístico de interrogação, mas a unidade fundamental de análise que articula a relação entre problemática e resposta, englobando tanto o enunciado interrogativo explícito quanto o problema subjacente que estrutura o discurso. “Questão”, nesse sentido, remete a uma configuração problemática mais ampla e abstrata, capaz de abranger implicações lógicas, retóricas e epistemológicas, enquanto “pergunta” tenderia a restringir-se ao ato comunicativo direto. Essa escolha mantém, portanto, a precisão terminológica e a coerência com o campo semântico próprio da teoria.

se conotam uma à outra e, no entanto, é significativo notar que o assertórico não foi considerado até então no âmbito questões-respostas. A primeira razão é de ordem histórica: Platão, seguindo o exemplo de Sócrates, não conseguiu extrair da prática socrática da linguagem uma concepção isenta de contradições. Para simplificar³, diremos que a grande dificuldade do discurso socrático é que toda expressão pode ser, ao mesmo tempo, questão e resposta e, portanto, não se pode decidir quando se obteve a resposta ao enigma. O diálogo socrático permanece aporético por excelência. Ora, o objetivo da interrogação é obter a resposta, e não manter em questão o problema inicial transformando cada proposição do adversário em uma nova questão. Em vez de conceber a discursividade em termos de questão-resposta, Platão preferiu rejeitar a ideia globalmente, pois era impossível diferenciar questões de respostas. A única diferenciação era subjetiva, na medida em que questionador e questionado alternavam sucessivamente seus papéis. Essa diferença, concebida como uma simples questão de opinião, já que baseada no desacordo entre pessoas, não possuía qualquer necessidade intrínseca. Sócrates, que nunca tencionou *demonstrar* que essa diferença teria alguma necessidade intrínseca, viu-se assim abandonado relativamente ao que trouxera de essencial. A ciência se tornou o modelo do *logos*, da racionalidade e, por meio disso, da discursividade que a expressa: a linguagem não deve ser outra senão a linguagem da razão e da ciência. O que *justifica* uma proposição e a *valida* é suficiente para determiná-la inteiramente, enquanto a diferença entre o problemático e o não-problemático é, ela própria, problemática por ser da ordem da opinião e do sujeito que dela trata. Um juízo válido independe do contexto e dos sujeitos que o proferem e o recebem. Platão fez *da* interrogação uma simples ocasião para se lembrar das Formas implementadas pelo discurso. Em vez de respostas, vimos Ideias e juízos. Esses obedecem ao princípio da razão: extraem sua validade dessas Formas (ou Ideias) que justificam o que é afirmado e negado pelo juízo. Doravante, julgar passou a ser da ordem do justificar. A linguagem, com Platão, torna-se a ferramenta de uma certa racionalidade e não um ser autônomo a ser estudado por si mesmo. É o véu das Ideias e assim o será até este século. O “platonismo linguístico” consistiu, desde então, em fazer-nos acreditar que a linguagem era autônoma, resultante apenas de si mesma e que se podia, portanto, isolar as frases de seu contexto e dos problemas que aí se colocam.

³ Para a explicação completa, veja Meyer (1980a).

A segunda razão é que alguém que se coloca uma questão visa a produzir a resposta, não a dizer a questão. Uma vez que se isso for resolvido, ela desaparece como tal e apenas a resposta se apresenta ao auditório. A questão desaparece na resposta; a diferença entre elas, essencial às suas existências como entidades próprias, parece ser suprimida no resultado. Todo dito é uma resposta, embora não diga “isto é uma resposta”, a referência se volta para o exterior e não para o seu carácter de resposta que indicaria que houve uma questão. A tentação é grande e sempre prevaleceu, isto é, a tentação de ver apenas juízos onde deveriam ter sido consideradas respostas.

4. Formas declarativas e formas não-declarativas

A diferença entre o explícito e o implícito, portanto, o recurso a uma linguagem, é a primeira maneira pela qual o homem assume a exigência de não assimilar problemas e soluções. Se uma solução se confundisse com o problema em relação ao qual é solução, haveria equivalência, identidade, confusão entre os dois: a expressão de um problema não pode ser a mesma da solução porque nunca se viu um problema resolvido pelo simples fato de ser percebido como tal. A diferença problematológica – como chamo a distinção entre questões e respostas – é a condição de existência do questionamento. O homem que se coloca uma questão, e se propõe a comunicar o que pensa, implementa essa diferença dizendo a solução e silenciando a questão. O explícito é declarativo porque declara a solução.

No entanto, como eu disse anteriormente, o problema do locutor é solucionável por ele próprio ou por outrem a quem ele se dirige. Nesse segundo caso, esse deve ser capaz de reconhecer o que lhe é pedido. Como o modo declarativo é o da solução, será necessário utilizar outro modo para expressar o problema. *O papel da forma é, assim, aquele de demarcação da diferença problematológica.* De modo geral, a forma é o modo pelo qual se expressam, logo, pelo qual se ocultam, os problemas⁴. Ao se expressarem, eles não se dizem, mas outra coisa é dita, “referida”

⁴ Não há expressão que não seja censura ou repressão (*refoulement*) na medida em que o expresso é mediado pela expressão e aquilo que é expresso não está diretamente presente e intuído como tal. A forma deforma para informar. NT: Optou-se por traduzir *refoulement* por “repressão” e não por “recalque” para preservar o sentido que Meyer atribui ao termo no âmbito de sua teoria problematológica: trata-se de um ato de contenção, ocultamento ou deslocamento do questionamento no plano discursivo, seja por iniciativa individual, seja por mecanismos institucionais ou contextuais. Diferentemente de “recalque” – conceito técnico da psicanálise freudiana que remete a um processo inconsciente de afastamento de conteúdos psíquicos (*Verdrängung*) –, “repressão” mantém a conotação pragmática

ou indicada. A questão está presente na resposta na medida em que, nessa, manifesta-se aquilo que está em questão, embora não se diga “esta é a questão”, não mais do que a resposta *como tal*. Isso remete a algo diferente de si mesmo, isto é, ao mundo, o universo comum do locutor e do destinatário ao qual se faz *referência* pelo jogo questões-respostas.

A linguagem assume uma configuração formal porque é uma resposta, e porque declara o que responde, a forma da resposta é declarativa. Entretanto, quando o problema a ser solucionado deve ser comunicado e dito para ser resolvido por outrem que não o falante, esse outro deve ser capaz de reconhecer a diferença (problematológica) e saber o que se espera dele. É aqui, sem dúvida, que devemos ver, porque a diferença problematológica é também *interna* à linguagem: problemas e soluções devem ser diferenciados para serem reconhecidos como tais, portanto, para poderem ser resolvidos por aqueles interpelados para *esse* fim. A forma cumpre essa função e serve para marcar, no interior da linguagem, e também do discurso, a diferença problematológica. Uma forma não declarativa é aquela que é, por excelência, o modo de expressão da não-solução, dos problemas. A ordem será expressa pelo imperativo, por exemplo, o pedido de informação verbal por meio da frase interrogativa etc. Observemos que não há identificação entre a questão como frase interrogativa e a questão como problema. A frase interrogativa é apenas um modo dentre vários para se expressar um problema, uma questão a ser resolvida, mas outra forma também poderia cumprir a mesma função (“eu me pergunto se ele virá amanhã” é assertórico e expressa uma interrogação, ainda que se *possa* associar uma questão a cada proposição e uma frase interrogativa a cada questão. Uma questão também está em jogo no caso da ordem, por exemplo. Se eu disser “feche a porta!” meu problema diz respeito a ser obedecido e defino pela forma o ato a ser realizado. Se eu disser “que horas são?”, meu problema é obter uma resposta verbal, um saber, informação e a frase interrogativa informa meu interlocutor qual é o saber demandado *nesse* caso.

No entanto, as respostas problematológicas, que são essas expressões não-declarativas, são respostas como qualquer discurso. Mas seu lado declarativo, seu “conteúdo proposicional” (Searle), que decorre do fato de que a discursividade é

e retórico-política da operação, sem projetar sobre ela um enquadramento clínico-psicológico que não corresponde à visão do autor.

resposta, é não-declarado⁵. Diremos que é *pressuposto*: a pressuposição é ela própria também um efeito da necessidade de marcar a diferença problematológica. Uma frase interrogativa responde, como expressão, como configuração formal, a uma exigência, a um problema, da mesma forma que uma exclamação, um gesto ou uma mímica, ou uma frase imperativa. O implícito é explicitamente pressuposto nesse âmbito. Na frase declarativa, declara-se o que está em questão, na sentença não-declarativa, pressupõe-se. Isso significa que não há pressuposto em ação nas formas declarativas? Obviamente não, porque todo discurso está contextualmente situado. Mas o apelo ao contexto é mais forte no caso de formas não-declarativas, uma vez que outrem é expressamente solicitado. No entanto, ressaltamos que o contexto contém a relação com outrem como elemento constitutivo. Essa relação, no caso da não-declaratividade, é expressamente invocada – já que o outro é aquele que resolve – e o contexto está, portanto, expressamente presente: certos pressupostos são expressamente invocados. Trata-se das chamadas *pressuposições diretas*, em oposição às *pressuposições contextuais* que permanecem não-ditas e no “plano de fundo” dos saberes em relação aos quais o dizer é enxertado e aos quais se *agrega*. Uma pressuposição direta é diretamente derivável da frase, é selecionada no contexto como algo que deve ser promovido pelo locutor para o bom fim da resolução. O destinatário deve ser informado ou ter a sua atenção despertada de forma mais particular. A frase “João parou de bater na sua própria esposa” pressupõe *diretamente* que ele a batia, enquanto a frase “você pode ir esqui” que responde a “que horas são?” *indiretamente* pressupõe que o questionador procura saber se é hora de ir à pista de esqui, pressuposto conhecido (contextualmente) pelo destinatário do pedido.

A frase “que horas são?” é, portanto, a resposta à questão de saber se já se pode ir esqui, trata-se da primeira etapa da resolução, cujo aporte final depende do destinatário. A problemática do locutor é expressa por uma frase interrogativa, e *nessa* há, por um lado, uma consideração pela diferença problematológica no interior da linguagem (a forma é não-declarativa) e, por outro lado, consideração pela diferença entre o problema (implícito) e sua expressão interrogativa que o responde. O problema do locutor, no caso da ordem do exemplo acima, não é ver a porta

⁵ Descreveu-se detidamente o fenômeno da presença de um conteúdo proposicional em qualquer ato de fala. Mas isto só se explica pelo fato de que recorrer à linguagem é declarar algo, inclusive na forma de um pressuposto, portanto, do “não-dizer”. Segundo a exitosa fórmula de Ducrot, pressupor é “dizer e não dizer”, dizer de uma maneira implícita, ou “implicitada” (Grice), o que não se diz (assertoricamente).

fechada, mas ser obedecido, e o que deve ser feito é justamente fechar a porta. O falante não diz “obedeça-me”, mas particulariza sua demanda, na qual *obedeça-me* é apenas o pano de fundo implícito e implicitudinal⁶ (ou implicado) do dizer.

5. A autonomização das respostas

Em *cada* expressão linguística, encontra-se a diferença problematológica em ação. Uma resposta reprime a questão que a originou, resolvendo a própria questão. Ela se anula como resposta. Seu único caráter se resume na palavra *apocrítica*: uma resposta apocrítica não aparece como resposta, mesmo que ela o seja, porque a sua qualidade de resposta é silenciada. Ela diz o que diz, e aquilo que ela diz é particularizado, denotado, pela resposta que a isso remete sem remeter a si mesma. Mas, por isso mesmo, a resposta apocrítica é também problematológica. De fato, como qualquer expressão linguística, uma resposta pode expressar uma questão, um problema e resolvê-lo. Tal é, como se recorda, a dupla função fundamental da linguagem. Apocrítica em relação a uma questão, a resposta é problematológica em relação a uma outra. Autônoma em relação à primeira, ela retoma, por assim dizer, sua liberdade de relacionar-se a outra questão. A diferença problematológica é respeitada na medida em que a questão resolvida *não* é a questão expressa e, portanto, o que não é solução não aparece como solução. Uma resposta apocrítica não é problematológica em relação à questão que ela resolve e a resposta problematológica não é apocrítica relativamente ao problema expresso. A forma não-declarativa, por exemplo, caracteriza claramente a resposta problematológica na medida em que carrega em si o lado não-solucionante da “resposta” que ela fornece. Em suma, uma resposta se torna independente da questão que ela resolve e, assim, pode expressar outras que ela não irá resolver e, ainda, resolver outras que ela não expressará.

Se uma resposta é apocrítico-problematológica na medida em que reprime seu “ser-resposta”, e assim o materializa, ninguém se surpreenderá ao encontrar nas formas não-declarativas o lado *resposta* que, longe de ser afirmado, encontra-se

⁶ NT: A tradução de *impliqué* por “implicitudinal” visa preservar a nuance técnica do termo em Meyer, que distingue entre o implícito como simples dado subentendido (*implicite*) e o implícito enquanto estrutura de fundo constitutiva do dizer (*impliqué*). Ao optar por “implicitudinal”, evita-se tanto a banalização semântica associada a “implícito” quanto a perda da dimensão estrutural que Meyer pretende enfatizar: trata-se do pano de fundo de sentido, constitutivo e necessário, sobre o qual se perfila a enunciação. O adjetivo “implicitudinal” – embora não corrente no português – retém a densidade conceitual e o valor operativo do original, funcionando como marcador terminológico que articula o nível latente do discurso sem reduzir-se a um simples conteúdo pressuposto ou inferido.

apenas pressuposto. Seu “conteúdo proposicional” está pressuposto no que elas “dizem”.

É desse modo que falaremos de formas declarativas que tratam de uma determinada questão – reprimida na medida em que não foi explicitamente colocada – e o que está em questão no tocante ao que elas dizem e *ao que* é dito. A questão está presente “dentro” da resposta; é colocada por ela. Isso também se aplica às formas não-declarativas que expressam a questão. A diferença problematológica se deixa materializar nesse sentido, em relação às formas declarativas-solucionantes, na oposição pressuposto/afirmado. O que é dito ocorre apenas por pressuposição e o que está em questão é indicado, não pelos pressupostos, mas com o auxílio desses, “dentro” do explícito do ato de fala não-declarativo. Os pressupostos desempenham o papel de mediador na descoberta do que está em questão na forma não-declarativa. As formas não-declarativas expressam a questão a ser resolvida, o que está em questão tampouco é assertado como tal (porque a asserção é uma resposta), mas se encontra diretamente expresso como um problema *particularizado* (ordem, desejo, advertência...).

O fato de uma resposta tratar de determinada questão, e se reprimir como resposta ao não dizer “esta é a questão”, mas simplesmente ao dizer o que está em questão, permite compreender que uma proposição *também* funcione como uma *demanda* (Ducrot). Consequentemente, que certos indicadores – como *mas* – que permitem encontrar a resposta sugerida, demandada, sejam expressamente estipulados pela frase ou pelo discurso, não nos surpreende em nada. Ainda assim, deve-se ver atentamente que tal demanda não requer necessariamente variáveis explícitas, pois, naturalmente, uma frase proferida por um locutor pede algo de seu auditório, pouco importa que seja sua compreensão, portanto, eventualmente, outra frase que signifique a mesma coisa. O texto literário é um bom exemplo de discurso que, por meio de sua recepção, suscita interrogação, sem especificar expressamente o que está sendo demandado⁷.

Tudo isso verifica, e também explica, a ideia de Hintikka, em virtude da qual uma proposição se deixa expressar de maneira equivalente por interrogativos que *indiquem* do que se fala na própria proposição: a partir de uma resposta, ela é assim reconduzida a uma interrogação que estipula aquilo que, no mundo, a ela

⁷ Veja os trabalhos de Hans R. Jauss (1976, 1978).

corresponde, e a *que* os termos empregados *respondem* na e pela proposição. Tais ideias, isto é, aquelas de Ducrot e de Hintikka, teriam algum sentido se a proposição não fosse um pareamento apocrítico-problematológico?

6. A dimensão dialética da linguagem

A linguagem possui várias dimensões: argumentativa e retórica, dialética e hermenêutica. Cada uma pressupõe as demais: como persuadir sem fazer compreender e como consegui-lo se não houver outrem a quem se dirigir? Daí a ideia de uma dedução que unifica as dimensões da linguagem, uma dedução realizada a partir do questionamento como realidade fundamental⁸. No âmbito desta exposição, contentar-me-ei em apresentar a articulação dessas dimensões.

Toda resposta é apocrítica e problematológica e, como tal, remete necessariamente a questões diferentes. Uma resposta que resolve uma determinada questão expressa uma questão que ela não resolve, mesmo que contribua para sua resolução. Isso significa, entre outras consequências, que uma resposta sugere e levanta uma determinada questão cuja resolução ela afeta. Mas isso também implica outra coisa. Um locutor que conclui seu processo de pensamento com uma certa resposta considera a sua questão como resolvida. A resposta é, para esse questionador, apenas apocrítica. Se a resposta é problematológica em relação a outra questão, isso não pode ocorrer para o questionador inicial, mas para outro. Em suma, uma resposta, mesmo apresentada como tal, é sempre dirigida a alguém que também tem suas questões em mente. A resposta do locutor é dirigida a outro questionador para quem ela levanta uma questão em virtude da sua natureza problematológica. Para ele, ela expressa uma questão e não a resolve. Esse é o fundamento do diálogo: há um diálogo porque existe a dimensão dialética da linguagem e, por sua vez, essa existe porque há sempre alguém a quem se destina a sua resposta. O diálogo pode não ser efetivo, assim como o questionador-destinatário pode permanecer mudo, em estado de aquiescência, ou estar especificamente indeterminado ao representar cada um de nós. Em resumo, é necessário distinguir entre uma resposta *problematológica*, e ela o é naturalmente enquanto resposta, e a resposta que é *problemática* na medida em que é

⁸ Para mais detalhes sobre dedução, ver Meyer (1979a). O percurso é apresentado de forma apodítica a partir de uma primeira proposição.

efetivamente contestada. Portanto, uma distinção corresponde àquela do potencial e do existente, do natural e do circunstancial.

O questionador endereçado pode responder ao que é dito de várias maneiras, mas ele responde à questão levantada pelo locutor mesmo quando concorda com a resposta desse. Ele refaz o caminho do locutor, mas a partir de seu próprio ponto de vista: assim, ele também se engaja em um processo de questionamento que, no acordo, leva a uma resposta única, inicialmente dada pelo locutor. Mesmo no acordo silencioso, há um processo de questionamento, já que o destinatário aceita como resposta ao seu problema aquela fornecida por outro locutor. Além disso, ele pode completar essa resposta, o que, com o consentimento tácito, implica uma segunda maneira de responder ao locutor. Ele também pode responder contestando a validade da resposta, assim como pode rejeitar a questão, tacitamente, por desinteresse, ou explicitamente, ao negar os pressupostos que a resposta compartilha com a questão. Assim, ele pode responder que não há atualmente nenhum rei da França à questão que tenciona saber se ele é calvo. Ao levar isso em conta, encontra-se na presença de cinco possibilidades dialéticas:

- (1) rejeição explícita da resposta (ou negação dessa): uma resposta outra
- (2) adição à resposta
- (3) rejeição da questão: outra questão
- (4) silêncio de assentimento à resposta
- (5) silêncio de desinteresse pela questão.

Manifesta-se, em última instância, pelo par questão-resposta que é apresentado pelo locutor em função de sua enunciação: responde-se seja situando-se em relação à questão ou em relação à resposta. Aceita-se a questão, mas não a resposta que dela é proposta (1); aceita-se tanto a questão quanto a resposta oferecida (2) e (4); recusa-se a questão, levanta-se outra negando os pressupostos, o que suscita um outro problema, ou muda-se completamente de questão (3); recusa-se simplesmente a questão, o que significa desinteresse pelo tema abordado, pela questão levantada (5).

A relação com outrem é, fundamentalmente, interrogação: falar ou escrever é criar uma resposta, na medida em que todo discurso se dirige a alguém que, confrontado com a resposta e com a questão que ela suscita, posiciona-se em relação

ao par questão–resposta. Outrem é sempre, para o autor de um discurso, aquele que responde, ainda que por um assentimento tácito à validade da resposta. Ele pode também ver, no que é dito, não uma resposta, mas algo que exige ser interrogado, caso em que seu papel de questionador-respondente se torna explícito pelo diálogo efetivo que se estabelece. Em suma, o Outro do locutor, mesmo como presença invisível e silenciosa, tal como o destinatário do discurso científico, é questionador, pois é confrontado com respostas que pode ou não assumir como suas: questionador, porque responde ao que é dito; respondente, porque toma por questão o que o locutor afirma como resposta. O destinatário é interpelado por uma questão por meio da resposta que lê ou ouve e, por essa razão, é investido de ofício como questionador diante da resposta que lhe é apresentada.

As máximas de Grice, modeladas sobre as categorias de Kant, são consideradas autoevidentes e não exigiriam dedução. No entanto, por que se deveria aceitá-las, essas e não outras? A teoria da linguagem centrada no questionamento é essencial a esse respeito, na medida em que explica por que essas máximas são necessárias ao diálogo e ao uso não formal da linguagem. O locutor que fala responde a uma questão, que é assim abordada pela resposta. É essencial que a resposta não esteja deslocada em relação à questão (*relação*), e que a ela responda de fato, isto é, que seja a verdadeira resposta à questão (*qualidade*). A resposta deve impor-se como tal, na relação que estabelece com a questão tratada, aos olhos do questionador-destinatário (*modalidade*). Considerando que a resposta, ao ser proferida, deve acrescentar informação em relação ao simples enunciado, eventual e conhecido, da questão – caso contrário, não seria dita e não haveria necessidade de sê-lo —, ela deve, pela solução que representa, ser *diferente* da questão (*quantidade*).

7. A dimensão argumentativa-retórica

A relação dialética também é retórica e argumentativa. Essa nova dimensão não está sobreposta a essa relação, mas é co-extensiva a ela. O locutor supõe que a resposta é de interesse do destinatário, caso contrário ele não a pronunciaria. Tal suposição significa que o locutor parte da hipótese de que o destinatário se coloca a questão, ou está disposto a colocá-la, à qual ele, locutor, responde. O esforço de convencimento representa, para o locutor, o ajuste à problemática do outro: ele tentará fazê-lo acreditar, com ou sem razão, que a resposta que ele fornece realmente responde à questão que ele(s) se faz(em). A dimensão retórica é,

portanto, indissociável do uso da linguagem: tal uso pressupõe que há alguém a quem o discurso se dirige e que se procura convencer de que a questão é tratada justa e adequadamente. O propósito da comunicação dialógica, quando há diálogo, ainda é a persuasão mútua.

Daí, é claro, a manipulação como uma possibilidade interna da linguagem, manipulação que sempre se assimilou à retórica, e que é apenas uma de suas manifestações, a qual se invoca para condenar a retórica e investir a linguagem de uma única missão-dimensão: dizer a Verdade (Platão, Frege).

Quando se fala, faz-se isso de acordo com o contexto, ou seja, com os pressupostos do destinatário, com suas questões, e com aquilo que se acredita que ele sabe ou acredita. A partir daí, o locutor se coloca em espírito no lugar do outro, a fim de responder às questões que ele imagina que são as do outro, e da maneira que ele supõe estar de acordo com seus pressupostos. Essa exterioridade em relação a si mesmo é possível porque os protagonistas são cada um deles, questionador e respondente. A atitude mental de se colocar no lugar do outro é a *reflexão*, e a linguagem da reflexão é o diálogo consigo mesmo colocado alternadamente como “eu” e “tu”. A linguagem da reflexão, se fosse explícita, seria perfeitamente traduzível em termos problematológicos: uma resposta problematológica é como uma resposta explícita, apocrítica em relação à preocupação com a explicitação, e problematológica do conteúdo que é o problema. O discurso indireto e de menção é revelador a esse respeito: “você diz *que* X”, “você afirma *que*...”, “você relata *que*...”, “você nos diz *como, quando, ...*” Cada uma dessas menções, caracterizando a fala indireta, introduz o que é mencionado por um interrogativo (*que, o que, quem, se, como etc.*); o que prova que há uma explicitação do problema. A reflexão sobre o dizer do outro só pode mencionar esse dizer problematologicamente.

Colocar-se, implicitamente, ou explicitamente pela menção, no lugar do outro, permite adaptar-se aos seus problemas. Um orador *pode* manipular massas por noções vagas e confusas, que, pela imprecisão que assumem, deixam nas sombras a diversidade dos problemas que ele se esforça para encontrar, e que ele não poderia enfrentar globalmente, sem desagradar a muitos, se fosse mais específico. Se um orador diz que defende as liberdades democráticas, nem um único ouvinte manifestará desacordo. A imprecisão da fórmula suscitará o contentamento geral, enquanto um conteúdo mais preciso dado a essas liberdades teria gerado divisões indesejadas pelo orador. De maneira geral, não se pode sustentar que avaliar o

problema do destinatário para não o desagradar é manipulação retórica ou sedução. Ela também é polidez. As fórmulas para se abordar alguém (“bom dia”, “como vai?” etc.) são usadas para iniciar a discussão, evitando levantar questões que arriscam, pelo desacordo que elas possam suscitar, causar dano às relações humanas mais cotidianas e mais necessárias. Falar é colocar em questão, é colocar o outro em posição de se pronunciar (= responder) mesmo que implicitamente, para si mesmo, sobre algo que exige uma resposta. Pense no exemplo a seguir: alguém diz ao seu interlocutor “ele, ele não é um chato”. A probabilidade é alta de que o destinatário perceba aí uma insinuação maliciosa. Mas por que ele a levaria mal, quando aparentemente não está envolvido? Na verdade, o “ele” em questão sugere precisamente que para esse “ele”, a questão está resolvida, enquanto para o outro, não está necessariamente resolvida. Assim, uma vez que a questão supostamente deveria interessar ao destinatário, a oposição “chato/de contato agradável” não é decidida, pois diz respeito ao destinatário. A questão lhe diz respeito pelo fato de que é dirigida a ele? De qualquer forma, a proposta contrária sobre o interlocutor *não é excluída* (a verdadeira resposta a uma questão exclui as alternativas), portanto, sugere-se que outra pessoa poderia ser um chato, uma vez que a questão permanece colocada para “outros que não ele”, incluindo, talvez, o destinatário. E se o outro pensar diferente sobre o que está em questão, ele se verá questionado pela resposta proposta. Poupar o outro por respostas que não podem levantar questões que ele rejeita, ou por respostas que não podem contradizer o que ele pensa (= respostas) independentemente sobre questões que ele aceita, não é manipulação. Isso, afinal de contas, começa apenas uma vez que se responde aos outros, fazendo-os acreditar intencionalmente que há uma resposta para o seu problema, quando esse não é o caso, pelo fato, em particular, da ambiguidade, da imprecisão dos conceitos, da vagueza da formulação etc.

Levantar uma questão por meio do que se diz, é argumentar, fazê-lo na preocupação com a problemática daquele a quem estamos nos dirigindo, é procurar convencê-lo. Os dois são indissociáveis, a menos que se fale ao vento, o que nem mesmo aqueles que o fazem realmente desejam. Uma obra literária, por exemplo, possui uma dimensão argumentativa na medida em que seu autor busca compartilhar um interesse, suscitar a adesão sobre uma questão que considera de interesse interindividual.

Um argumento é, portanto, “uma tomada de posição sobre a questão”. De qual questão se trata? Se uma certa questão se coloca em um determinado contexto, o argumento é a resposta que serve como conclusão para a questão, dadas as informações contextuais que servem como premissa(s) suplementares. A passagem de questão para resposta é *inferência*. E inversamente: a descoberta da questão tratada pela resposta também é inferência. Se essa questão fosse formulada de modo explícito, ter-se-ia uma proposição diferente – a diferença problematológica em funcionamento – da resposta em si mesma. Isso retoma a ideia que Aristóteles desenvolveu nos *Tópicos*, onde a dialética, assimilada à argumentação, é estudada como uma teoria de conclusão não formal, enraizada na opinião e na interrogação contraditória que ela suscita.

A inferência questão-resposta é uma transformação não vinculante porque, ao inverso da inferência formal, a *inferência problematológica* baseia-se em uma questão sobre as premissas que permanecem implícitas porque pertencem ao contexto compartilhado pelo orador e pelo destinatário. Elas não precisam ser ditas, e apenas a conclusão o é, na medida em que acrescenta algo ao que é sabido tacitamente. Ou então a premissa é explícita como uma questão, e é então a conclusão, como resposta, que é implícita e a qual adiciona informação (sentido figurado ou subentendido).

8. A forma, não as formas

Formas particulares servem para expressar a diferença problematológica, mas elas não são nem a condição necessária nem a condição suficiente. A configuração dessa diferença ocorre assim que há recurso ao explícito, uma vez que a oposição entre implícito e explícito é a manifestação primeira da diferença problematológica. A particularização da forma do explícito em tipos gramaticais específicos, simplesmente serve para informar ao destinatário que existe uma solução ou que há um problema, e se há um problema, de que problema se trata, para que o destinatário possa formular uma solução. Em suma, esse último deve ser capaz de saber, a partir do que é dito, o que ele deve fazer: concordar, rejeitar, comentar, responder com uma ação particular etc.

Se a informação implícita é importante, os interlocutores conhecem seus problemas recíprocos e o que pensam respectivamente – no caso da obra literária, esse horizonte de conhecimentos mútuos pode ser constituído pela sociedade e seus

valores, tais como impregnam o autor e os leitores – de modo que a diferença problematológica já é assumida, em grande parte, no nível do contexto da enunciação. O dito, o explícito, é então inserido no não-dito sem que caiba apenas à forma, portanto, ao explícito exclusivamente, a tarefa de marcar, por censura, o que pertence à ordem das soluções por oposição ao que dela não faz parte. Diante de tal hipótese, a forma não serve mais para informar problemas ou soluções, uma vez que tal informação é conhecida com antecedência pelo destinatário e o orador sabe que o destinatário a possui. Tal situação é extremamente comum: ela caracteriza, de fato, a maioria das práticas cotidianas da linguagem. O recurso a uma forma específica pode, portanto, obedecer a outras funções, entre as quais se encontram os usos retóricos: ironia, atenuação de declarações, ordens que se apresentam como pedidos de boa vontade, fórmulas de polidez, deferência etc. Frases interrogativas como “você quer me passar o sal?” ou “ele não é desonesto?” ilustram o desejo de não dizer *como tal* o que, dado o contexto, é sugerido, a saber, a ordem, no primeiro exemplo, e a afirmação da desonestidade do indivíduo em questão, no segundo. Não se ousa dizer que o indivíduo é desonesto, e prefere-se buscar a eventual confirmação daquele que se quer convencer, mesmo que isso signifique a possibilidade formal de um desmentido.

De uma maneira geral, quanto mais o contexto é rico em informação, menos a particularização em formas distintas deve veicular a diferença problematológica, e mais ela pode ser desviada para outros fins de comunicação. Por outro lado, quanto menos o contexto desempenha um papel significativo, como na ciência, mais a forma é determinante para especificar o que é dito de maneira não ambígua, e a formalização lógico-matemática torna-se então o ideal sintático da constituição das respostas. Enquanto no uso cotidiano, uma mesma proposição será suscetível a várias *leituras* (“há um touro no campo”, como uma frase considerada isoladamente, fora de *todo* contexto, pode ser uma ordem, um aviso, uma interrogação, uma constatação etc.), na ciência, a formalização suprimirá essa possibilidade.

Em suma, há frases interrogativas que são asserções, e frases assertóricas que expressam algo além de simples constatações (“Eu ordeno que... “, “Eu me pergunto se... “ etc.), ainda que as primeiras também perguntem e as segundas também afirmem. É questão de nuance, isto é, de contexto. A forma particulariza a diferença problematológica na medida em que ela reveste o explícito, mas se o implícito é

suficientemente caracterizado, a forma pode ser orientada em direção a outros fins com base nesse implícito com o qual não haverá confusão problematológica possível.

9. A dimensão hermenêutica ou a questão do sentido

O sentido se inscreve em toda transação linguística como condição para sua efetivação. O acordo, como o desacordo, o debate, com ou sem manipulação retórica, só são possíveis se a significação do que é dito ou escrito é conhecida por aqueles aos quais o discurso é direcionado. A intelecção é, de fato, a assunção, pelo destinatário, da resposta do Outro. Como questionador, ele é confrontado com uma resposta que ele mesmo não forneceu, mas, ainda assim, ele não é menos interpelado sobre o que é dito. Aquilo que está em questão exige uma resposta de sua parte, relativa à questão que essa própria resposta suscita, e ele deve, para tanto, operar com a resposta em função da questão à qual ela responde. Daí a dupla exigência: fazer sua a resposta, como se ele mesmo a tivesse gerado, relacionando-a a uma questão que ele deve se esforçar para descobrir, se ela não é evidente no contexto (evidência que o locutor supõe, uma vez que acredita que pode ser entendido dizendo o que diz). Ao situar-se em relação à resposta proposta, o destinatário torna-se um questionador dessa resposta, como o locutor o era ao produzi-la. Se o sentido viesse a ser explicitado, seria, então, a duplicação da resposta, uma vez que o sentido é o resultado da assunção de uma resposta por um outro questionador. O questionador inicial, o locutor-autor, espera efetivamente que a resposta para ele também seja resposta para seu destinatário, e assim responde aos problemas desse último: *fazer compreender uma resposta equivale a reconduzi-la aos problemas do destinatário e ao que ele pensa deles, a situá-la em termos que lhe são familiares, mas que dizem, no fundo, a mesma coisa que o locutor diz, pois se trata de fazer com que uma mesma resposta seja resposta para outrem, e não apenas para o autor.*

Compreender um dizer é ser capaz de dizê-lo de uma forma diferente, trata-se da substitutibilidade da resposta-significação e da resposta-significado. Mas também é apreender uma questão que não foi colocada, ou que se coloca em termos específicos para outrem. Daí a ideia, que sabemos ter sido valorizada pelos pensadores do século XIX, que compreender é colocar-se “no lugar” do Outro, agir como se fôssemos ele. Na realidade, trata-se simplesmente de referir a resposta à sua questão correspondente, o que pode exigir uma investigação contextual sobre o

questionador e seus pressupostos para descobrir sua questão. Colocar-se “no lugar do Outro” pode ser um meio para isso acontecer.

Compreender um discurso é apreender o que nele está em questão. Isso que está em questão dá o sentido da resposta. A compreensão consiste na vinculação de uma resposta à sua respectiva questão, e esse vínculo é a significação dessa. Isso que fez Wittgenstein dizer, na *Gramática Filosófica* (6, Tr. fr. p. 52), que o sentido de uma frase é a resposta para a questão do sentido dessa frase. Se eu digo “Pedro não está aqui”, o que está em questão é a ausência de Pedro, e é também isso que a frase em questão significa. Se eu digo “feche a porta!”, está em questão que meu interlocutor faça o que eu lhe peço, ou seja, que ele aja fechando a porta, e é isso que minha ordem significa. E poder-se-ia, assim, multiplicar os exemplos. Deve-se notar que se encontra pressuposto, com o contexto, a inteligibilidade dos termos utilizados: o locutor supõe que o destinatário sabe de *qual* Pedro se trata (“O Pedro em questão é aquele que...”, serviria como uma especificação posterior, se o locutor tivesse feito uma falsa suposição), *qual* porta está em questão etc. A especificação referencial, ou seja, a resposta a essas questões, não se faz necessária, dado o conhecimento contextual imputado pelo locutor ao seu auditório. Tem-se aqui, pois, uma teoria da significação-referência na qual a significação é a ligação questão-resposta, uma ligação conhecida que não precisa ser especificada mais adiante, dado o contexto. A referência dá a significação, na medida em que remete a um esclarecimento dessa ligação: ela satura os interrogativos em um dado contexto. Uma teoria da referência, à maneira de Frege, não é satisfatória para dar conta da significação, uma vez que ela se apoia, ainda que ocultamente, sobre o fato de que a referência é aquilo que responde a um nome ou a uma descrição (Como? Para quê? Em resposta a que questão?) Mas muitas situações de linguagem escapam ao extensionalismo, e são cobertas pela teoria mais geral do questionamento, na medida em que *esse* engloba o aspecto referencial na resposta (há, aliás, em qualquer resposta, dado o seu caráter de etapa terminal enquanto frase, a conotação de um contexto de pressupostos e pressupostos mútuos compartilhados pelo autor/locutor e seu auditório). Em suma, a referência é idêntica à significação apenas na medida em que é uma resposta, e isso permite inferir, uma vez que toda resposta não diz uma referência, que a noção de resposta abrange os fenômenos de significação não referencial. A referência só se torna significativa quando já não resta qualquer questão acerca daquilo de que se trata na resposta. Da mesma forma, é verdade que a significação de “feche a porta!” é o

que *quero dizer* e recobre minha intenção. Mas a significação vai além do subjetivo, na medida em que ela é a resposta que responde à mesma questão que a resposta por ela significada. Se esse querer dizer não emergir do dizer, a intenção não aparecerá. A manipulação retórica, cara aos oradores políticos, é fundada nessa possível dissociação. A intenção só é identificável à significação se se diz precisamente aquilo que se quer dizer. O que nem sempre é o caso, do contrário jamais se ofenderia alguém involuntariamente.

A *intelecção* é um processo de questionamento. Um locutor produz uma resposta. Para ele, é apocrítica. A significação é dada pela resposta ao que está em questão na resposta do locutor. A resposta apocrítica (para o locutor) é problematológica para o destinatário: ela expressa uma questão para a qual trata-se de encontrar a resposta, a qual é o sentido da resposta do orador. A resposta apocrítica do questionador-destinatário, que compreende ou procura compreender, é a estipulação da questão do locutor. Essa, se viesse a ser explicada por esse último, seria, para ele, uma resposta problematológica, enquanto para o destinatário, é uma resposta apocrítica ao seu processo de questionamento. Quanto à resposta apocrítica para o locutor, ela é, como visto, problematológica para o destinatário. Em suma, a *intelecção* é o processo inverso de produção, e é nesse sentido que o receptor se coloca “no lugar” do produtor da mensagem. A diferença problematológica é assegurada pelo fato de que, em relação a cada um dos dois processos, a resposta problematológica é apocrítica para o outro, e vice-versa. Considerado do ponto de vista global, há a substituição de uma resposta problematológica por outra: a significação é a resposta problematológica que o orador não diz. Não é problema dele dizer a significação daquilo que ele diz, uma vez que esse problema é simplesmente dizer aquilo. A linguagem mantém sua capacidade referencial do fato de que as respostas não remetem a si mesmas, mas dizem aquilo (= referência) que dizem, enquanto o que elas dizem é aquilo de que se trata, literalmente, na questão. E aquilo que está em questão na resposta está presente nela, enquanto já não constitui mais uma questão, visto que nela se manifesta ao nível apocrítico.

A resposta que responde à questão do sentido é problematológica do mesmo modo que a resposta fornecida pelo locutor: o destinatário, assim como o locutor, não explicita o sentido daquilo que lhe é dito – o que importa para ele é fornecer sua própria resposta, e não o sentido daquela do locutor. Isso não é possível se ele não

entendeu aquilo que é dito inicialmente. O processo hermenêutico é da ordem do implícito: o propósito do diálogo não é explicitar o sentido do que é dito, mas responder a ele.

Para o locutor, o sentido é a resposta problematológica que ele não diz, que diria sua questão, e essa passa a ser a resposta que responde ao processo do destinatário. Essa resposta é, para ele, apocrítica: ela é o substituto da resposta apocrítica do locutor. O sentido, se fosse explicitado, apareceria, então, como o substituto da resposta: se for considerado globalmente o processo de interação produção-recepção, há substituição de respostas problematológicas no nível implícito, “mental”, e apocríticas no nível do explícito, ainda que nenhuma delas o seja para o mesmo questionador. O sentido é o *substituto* de uma resposta que responde a uma mesma questão. Eis por que significação e substituição, identidade, são estreitamente associadas desde sempre.

10. Pressuposição, inferência lógica e problematológica e descolamento de sentido (Belnap, Cornulier)

A passagem de uma questão a uma resposta, ou o percurso inverso, constitui uma inferência. Trata-se de uma inferência que não é lógica, visto que essa última lida apenas com as respostas, as únicas que podem receber um valor de verdade; tampouco, necessariamente, de uma implicação “à la Grice”, já que as conclusões sugeridas por um diálogo são apenas uma dentre várias possibilidades de resposta. Para abarcar esse tipo de inferência, prefiro falar de inferência problematológica. Essa se encontra em ação na argumentação não formalmente vinculativa, própria da cotidianidade e do uso habitual das línguas naturais, mas também na leitura de textos literários. A resposta do autor se autonomiza e sua obra, que é uma resposta para ele, coloca uma questão para o leitor, que se esforça para retomar as questões às quais o texto responde, visto que as questões do autor estão longe de serem óbvias – porque são reprimidas pela diferença problematológica – ou totalmente identificáveis. É isso que confere às obras literárias, que codificam os problemas de seus autores em histórias, narrativas, contos, poemas etc., uma riqueza na interpretação.

Nos diálogos cotidianos, uma interpretação que resiste vê sua resolução nos esclarecimentos explícitos de seu autor. De fato, por exemplo, se eu não compreender a frase “feche a porta!”, sempre posso perguntar ao seu autor o seu sentido. É ele quem realiza a passagem questão-resposta. Ele me responderá “eu ordeno que você

feche a porta deste quarto”. A sua resposta estipula o sentido da frase imperativa precedente: ela é assertórica na medida em que é uma resposta à questão do destinatário, mas especifica o problema do locutor e, por essa relação entre aquilo que ele quer obter e aquilo que ele disse anteriormente em resposta a esse desejo, essa explicação do problema dá a significação dessa frase imperativa enquanto duplica sua ordem inicial. Todas as propriedades hermenêuticas que elucidamos são assim respeitadas: significação = duplicação, a diferença entre o apocrítico e o problematológico se manifesta pelo fato de que a expressão assertórica da ordem é apenas uma resposta à demanda de esclarecimento e não àquela de execução.

O sentido surge como uma relação entre questão e resposta e, como essa relação é contextual, a descoberta do sentido ocorre por meio de uma inferência fundamentada na informação contextual, cristalizada como *pressupostos*. Encontram-se esses pressupostos tanto no nível da questão como naquele da resposta, pois são eles que asseguram a passagem de uma à outra. A consequência é o critério Belnap, cuja análise detalhada pode ser encontrada em outro estudo⁹. Para resumir, eu diria que esse critério dá, como condição necessária de uma resposta, a implicação *lógica* das pressuposições da questão. Se p é uma resposta, então $p \rightarrow q$, sendo q um pressuposto dessa natureza¹⁰. O critério permanece válido se a resposta *nega* um pressuposto porque, se o questionador formula uma questão Q , ele se compromete com q – chamei isso de engajamento erotético ou *erotetic commitment*, de *erotesis* que, em grego, significa interrogação – ele deve, portanto, admitir $\sim q$ como uma resposta possível (“ $\sim q \rightarrow q$ ” é verdadeiro se se assume q como verdadeiro). Em virtude do *modus ponens*, se p é resposta verdadeira, então q também o é se $p \rightarrow q$. A verdade de q é assim confirmada se p for uma resposta verdadeira e refutada se $\sim q$ o for. Em outras palavras, pelo critério de Belnap, responder a uma questão equivale a se pronunciar sobre os pressupostos.

A questão do sentido não escapa de modo algum a essa regra: sua resolução p implica as pressuposições q , diretas e contextuais, da questão do sentido Q ?. Se o sentido de uma resposta r é p , e a questão do sentido de r pressupõe q , então $p \rightarrow q$. Dado que qualquer resposta, qualquer dizer, seja ele considerado problematológico, apocrítico, ou ambos ao mesmo tempo, mantém uma relação particular com o seu

⁹ Ver Meyer (1980b); em francês, ver Meyer (1979b).

¹⁰ Exemplo: “João parou de bater na sua própria esposa” pressupõe “João batia na sua esposa”. A resposta “João não bate mais na sua esposa” (ou a resposta contrária) implica a pressuposição.

sentido, é legítimo supor que há, em todo discurso, uma implicação belnapiana em curso. De fato, essa implicação condiciona aquilo que se chama, seguindo os trabalhos de Cornulier, de *descolamento do sentido*. Retornaremos a esse tema.

Por ora, trata-se de destacar a relação específica que existe entre uma resposta *z* e seu sentido *p* para melhor entender como a interrogação hermenêutica se insere no processo global de produção e recepção de *r*. O sentido de uma resposta se lhe é imanente: é a ligação questão-resposta, ligação cuja explicação não é o objetivo do locutor. O sentido de uma resposta é o seu caráter de resposta, pois não há resposta que não remeta à questão à qual responde. Por isso, a resposta carrega consigo o seu sentido, na forma daquilo que não diz. Esse sentido é a resposta à interrogação que visa a fazê-la aparecer como resposta e, se esse sentido tivesse que se explicitar, ele duplicaria a resposta inicial, mas como resposta: ele estipularia explicitamente aquilo que está em questão naquilo que é dito. Em geral, o sentido não é dito porque a finalidade de uma resposta não é explicitar-se como resposta, mas, ao contrário, tornar-se autônoma em relação àquilo que lhe originou. O sentido é, assim, o lugar privilegiado do sugerido, do pressuposto, do subentendido, do implícito. Quanto ao destinatário, seu objetivo não é mais a explicitação do sentido. Cabe a ele responder àquilo que é dito, porque se espera algo dele, ainda que seja o seu acordo sobre a questão, ou seja, sobre a resposta dada, e não a resposta *verbal*, duplicando-a. Aquilo que o locutor faz implicitamente, ou seja, agenciar respostas em função de uma problemática que lhes dá sentido, reprimindo-a no domínio do implícito, o destinatário também o faz por sua parte.

A especificidade das frases declarativas em relação às frases não-declarativas não entra em jogo aqui. Uma frase declarativa declara seu sentido, enquanto uma frase não-declarativa o postula, mas nenhuma delas diz “este é o sentido: ...”. Mais uma vez, o sentido funciona aqui como um não-dito e, assim, pode-se afirmar que ele é *pressuposto*: um pressuposto é uma proposição que é tácita em relação àquilo que é dito ao mesmo tempo em que é por ele colocada. Trata-se de um implícito imanente ao explícito, do qual se fala como *implicitudinal* (Grice) pelo discurso, como de um subentendido *sugerido* por ele, todas essas formulações são, em última análise, apenas a consequência da natureza implícita do sentido. De fato, cabe ao destinatário perceber a ligação questão-resposta naquilo que lhe é dito, de modo a poder responder-lhe, seja verbalmente, tacitamente ou por um ato não-verbal, já que isso resume o propósito do dizer naquilo que se espera da sua produção por parte de seu

autor. A percepção do sentido, onde se enxertam todas essas modalidades de resposta, precede-as e dá lugar a uma verdadeira *inferência*. Ao contrário da resposta explicitamente fornecida a um pedido de esclarecimento, há uma inferência problematológica do *sentido*; inferência na medida em que não se *dá* a resposta do sentido; problematológica na medida em que se infere de uma resposta uma ligação questão-resposta, implícita, ainda que seja implicitudinal pelo dizer, *que é uma resposta* sem se afirmar enquanto tal.

Esse é um pressuposto específico, diferente das pressuposições diretas e contextuais. A explicitação do *sentido* de uma resposta *r* não é o objeto dessa resposta: o *sentido* é, portanto, literalmente pressuposto *na* resposta, como uma possível explicitação apocrítica, mas que não é dita inicialmente, da questão à qual ela responde. A questão está “dentro” da resposta como aquilo que nela não se coloca mais: a resposta não se *refere* explicitamente àquilo de que ela é resposta, mas se refere àquilo que está em questão *como* algo que já não está mais em questão. Esse é o sentido desse “dentro”. A pressuposição, que é o sentido, distingue-se de outras pressuposições necessárias para a produção do dizer da resposta e não para a produção da resposta *como* dizer. Tomemos um exemplo. Alguém pergunta: “João parou de bater na sua esposa?” e se lhe responde “ele continua batendo nela”. O sentido da questão é “estou te perguntando se João parou de bater na sua esposa”. Isso é o que a passagem significa enquanto frase interrogativa. Contrariamente ao pressuposto direto dessa última frase (“João batia na sua própria esposa”), a resposta a essa questão não implica o sentido dessa última, pressuposto no próprio ato interrogativo. Em suma, João bater ou não na sua esposa independe do fato de eu o perguntar ou não; o fato de eu perguntar não implica receber uma resposta verdadeira. Esta é a definição da autonomização das respostas: elas são verdadeiras por si mesmas e não como respostas apenas. Portanto, a verdade da resposta não implica a verdade da duplicação hermenêutica da pergunta. O sentido *p* de uma resposta *r* não implica os pressupostos implicados por *r*. A diferença problematológica obriga: em geral, uma resposta não pode coincidir com aquilo que pressupõe a questão a que responde, caso contrário nada acrescentaria a essa questão e seria apenas a duplicação truncada de um saber que preexiste à interrogação. Essa seria então apenas o pretexto para trazer à tona esse saber. É exatamente isso que a noção de *questão retórica* abrange: ela não solicita uma resposta daquele a quem se dirige, mas a sugere desde o início. A frase “Ele é

desonesto, não é?” pressupõe “ele é desonesto” e essa é a resposta que proponho ao Outro concluir, inferir.

Ora, o sentido duplica a resposta de que ele é o sentido. Para ser válida como resposta a uma interrogação *sui generis* – hermenêutica, nesse caso – o sentido não pode implicar aquilo que é pressuposto por aquilo de que ele é o sentido. Caso contrário, ela seria redundante. Portanto, ela pode apenas implicar os pressupostos da questão, *sui generis*, do sentido: *p* e *r* não são idênticos.

Vejamos mais de perto o mecanismo do processo hermenêutico.

Uma resposta *r* é colocada em destaque por alguém. É apocrítica para essa pessoa e não é menos problematológica enquanto resposta. Mas é reprimida ao remeter à sua natureza de resposta; ela se impõe apenas como um ponto final. Contudo, a resposta é problematológica, mas o é para um Outro a quem interpela e cuja resposta exige. Ela é, portanto, uma demanda (Ducrot). A demanda que essa resposta é pode ser simbolizada por *R?*. Deve-se distingui-la daquilo o que *r* responde, digamos *I?*. *R?* não seria *I?* em razão da diferença problematológica: *r* seria a expressão da questão à qual ela responderia. Ela não responderia: se *I?* é demanda¹¹, é problematológica, isso não pode ser a questão a que ela responde. Ora, ela é uma demanda, já que é problematológica. Aquilo que *R?* demanda, ao formular *r*, é uma resposta, seja *p*, diferente dela na medida em que não é a mesma questão e idêntica na medida em que o caráter de resposta de *r* é colocado em evidência: *p* diz *r* como resposta e, como *r* não é dito (como resposta), *p* e *r* não dizem um ao outro, mas são substituíveis *naquilo que dizem*.

A questão suscitada por uma resposta é uma demanda de sentido. Ela convoca uma resposta, portanto, dá espaço ao que eu defini acima como *argumentação*. Há um efeito retórico quando se produz uma resposta que, dado o contexto, ou seja, dado o interlocutor e suas crenças, sugere uma conclusão, pede uma resposta, que não se diz *ex abrupto* por várias razões. Deixar o Outro concluir é, aliás, o requinte máximo da retórica, já que a inferência problematológica da conclusão-resposta atrasa o momento em que se deve decidir aceitá-la ou rejeitá-la. Inferir é em certa medida encontrar a inferência, portanto, de certa forma, apossar-se dela; mais ainda do que se ela fosse desde o início oferecida pronta pelo locutor. Oferecer essa

¹¹ NT: Utilizou-se “demanda” como tradução de *demande* para manter fidelidade ao termo técnico usado por Meyer. Nesse contexto, *demande* não significa simplesmente “pedido”, mas sim uma operação inferencial pela qual uma expressão chama por uma resposta, mesmo que não esteja explicitamente formulada como pergunta.

conclusão *ex abrupto* equivale a confrontar o Outro imediatamente com a escolha de aceitar ou rejeitar, externamente, já que ele nada mais tem a inferir.

Quando a frase assim destacada é explicitamente uma demanda ou, em vista do contexto, suscetível de assim aparecer ao seu destinatário, pode-se então dizer que o locutor busca produzir como resposta uma questão para o Outro. Ele busca produzi-la como questão para o Outro, portanto, deseja conduzir esse último a uma outra resposta (implícita, que ele, o locutor a implícita). Essa é chamada de *sentido figurado*, enquanto aquela, que declara algo, possui um *sentido literal*. Uma frase é, sem dúvida, sempre o sentido literal de um sentido implícito *possível*, nem sempre intencional por parte do locutor, cujo sentido é a resposta que responde a essa frase tomada como questão. Por vezes, a depender do contexto, impõe-se à sua frase um sentido figurado que ela não tem por si mesma, na medida em que se sugere ao destinatário uma resposta que não se tencionava produzir, enunciando inicialmente a sua resposta, por exemplo, por desconhecimento dos pressupostos de outrem. Assim, para um paranoico, qualquer dizer pode soar como uma agressão pessoal, mesmo que o locutor não sugerisse nada dessa natureza. A velha distinção entre o problematológico e o apocrítico não deixa de ter efeitos perversos... Em rigor, só se é *responsável* pelas suas próprias respostas e não pelas dos outros; se eu pergunto “Você não o acha desonesto? “, eu não *disse* que ele o era e, portanto, não fiz qualquer acusação pela qual eu eventualmente devesse *responder*.

Passemos agora a um fenômeno fundamental que decorre das análises precedentes, e que foi admiravelmente estudado por Benoît de Cornulier¹². O *descolamento de sentido* é um caso especial do critério de Belnap (1966, 1969), aplicado à relação hermenêutica. Uma resposta é sugerida por outra resposta por meio de uma inferência problematológica. Como qualquer resposta, ela se autonomiza e se descola do processo que lhe deu origem. Assim, sendo o sentido a duplicação mental ou explícita da resposta inicial, ela afirma aquilo que essa resposta afirma: é substituível pela resposta, é o *resultado* final, e fixo (ou fixável) como qualquer resultado, à questão inicial. Mas como essa última não foi *explicitamente* apresentada como tal pelo locutor, essa substituição não é *explicitamente* exigida. A relação com a interrogação se encontra reprimida, aparecem apenas as respostas e não o dizer de sua equivalência: *p* e *q* têm o mesmo sentido, mas não o afirmam.

¹² Ver Cornulier (1980).

O critério de Belnap obviamente se aplica à questão do sentido bem como a todas as outras. Seja p uma resposta. O que ela significa? É uma questão para o interlocutor, digamos $P?$, e sua expressão apocrítica é p . Ela pressupõe seu sentido, chamemos esse de q , assim como “você vem amanhã?” pressupõe que “eu lhe pergunto se você vem amanhã” (é verdadeira), sendo $p \rightarrow q$. Tem-se, portanto, uma resposta p , isto é, $p \rightarrow q$, concluindo-se q por *modus ponens*: aquilo que p quer dizer é q , e q é eventualmente substituível por p , ou seja, ao dizer a mesma coisa, respondem à mesma questão, a do locutor que é retomada pelo interlocutor. O destinatário, que se pergunta o que p significa, infere q de $p \rightarrow q$, e de p , como conclusão da inferência particular do sentido, posta em ação enquanto inferência problematológica. A questão que p levanta pressupõe q , conotando-a no contexto; portanto, a resposta àquilo que p conota é q . Sabendo disso, o locutor pode assim transmitir um certo sentido por meio do que diz; pode assim sugerir q como resposta àquilo que ele diz (p): a resposta à questão do sentido é sempre pressuposta em qualquer resposta como uma resposta separada e autônoma (“descolável”).

Referências

- BELNAP, Nuel D. Questions, Answers and Presuppositions. **Journal of Philosophy**, v. 63, n. 20, p. 609-611, 1966.
- BELNAP, Nuel D. Questions: Their Presuppositions and How They Fail to Arise. In: LAMBERT, Karel. **The Logical Way of Doing Things**. New Haven: Yale University Press, 1969. p. 23-37.
- CORNULIER, Benoît de. Le détachement de sens. **Communications**, Paris, v. 32, p. 125-182, 1980.
- JACQUES, Francis. **Dialogiques**. Paris : P.U.F, 1979.
- JAUSS, Hans R. **Pour une esthétique de la réception**. Paris: Gallimard, 1978.
- JAUSS, Hans R. Goethes und Valérys Faust – Zur Hermeneutik von Frage und Antwort. **Comparative Literature**, v. 28, p. 201-232, 1976.
- MEYER, Michel. Dialectique, rhétorique, herméneutique et questionnement. **Revue internationale de Philosophie**, v. 127/128, p. 145-177, 1979a.
- MEYER, Michel. **Découverte et justification en science**. Paris: Klincksieck, 1979b.
- MEYER, Michel. Dialectic and Questioning: Socrates and Plato. **American Philosophical Quarterly**, v. 17, n. 4, p. 283-291, 1980a.
- MEYER, Michel. Science as a questioning-process. **Revue Internationale de Philosophie**, v. 131/132, 1980b.